



EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO/SP.

EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE, ILUSTRÍSSIMOS SENHORES VEREADORES.

Veto Total ao Projeto de Lei nº 38/2026- que: "Altera a denominação da Travessa 2 da Rua Antônio Serafim Fidêncio, no bairro Maresias, para "Rua Gilson Barbosa dos Santos"

PROTOKOLO Nº	1012/26
DATA	29.06.26
HORÁRIO	08:48
VOTO	bfimora

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 47 da Lei Orgânica Municipal, em consonância com o art. 66, §1º, da Constituição Federal, vem, respeitosamente, **VETAR TOTALMENTE** o Projeto de Lei nº 38/2026, de autoria do Vereador Sebastião Faustino dos Santos Neto, pelas razões jurídicas a seguir expostas:

1. DA TEMPESTIVIDADE

O presente veto é tempestivo, nos termos do artigo 47 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o Projeto de Lei nº 38/2026 foi recebido pelo Poder Executivo em 03 de junho de 2026, a manifestação ora apresentada observa o prazo legal para apreciação da matéria e comunicação das razões do veto ao Poder Legislativo.

2. RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

Após análise do Projeto de Lei nº 38/2026 e considerando o parecer jurídico exarado pela Procuradoria Municipal nos autos do Processo Administrativo nº 11.983/2026, verifica-se a existência de vício de inconstitucionalidade formal que impede sua sanção.

Embora a proposta trate de tema relacionado ao interesse local, a Procuradoria Municipal verificou da existência de vícios insanáveis que obstem a sua sanção pelo Chefe do Poder Executivo. A





proposição legislativa, conforme apresentada para análise, não se encontra instruída com a documentação indispensável exigida pela legislação de regência, o que compromete irremediavelmente a sua legalidade.

Ao se confrontar o Projeto de Lei em pauta com as disposições cogentes da Lei Municipal nº 2.282/2014, nota-se que a propositura não se encontra instruída com a documentação indispensável exigida pela legislação de regência, o que pode comprometer irremediavelmente a sua legalidade por meio de vícios insanáveis que obstarão a sanção pelo Chefe do Poder Executivo; o art. 4º da Lei Municipal nº 2.282/14 dispõe:

O artigo 4 da Lei 2.282/2014 preceitua:

Artigo 4º- Da proposta de denominação iniciada por Vereador **deverá obrigatoriamente constar:**

I - Certidão de óbito da pessoa cuja memória se queira homenagear;

II - A localização, indicada por croqui, em que se expresse:

a) o endereço, no caso de próprio municipal;

b) a descrição de seus limites, em caso de logradouro;

c) a indicação de seu início e término, no caso de via pública.

III Certidão, fornecida pela Prefeitura Municipal, sobre a existência de denominação anterior ou informando a identificação da via ou logradouro a ser denominado;

IV - Certidão, fornecida pela Prefeitura Municipal, negativa da existência de próprio, via pública ou logradouro já identificado com a denominação pretendida.

Parágrafo único. Incumbe ao autor do projeto obter e apresentar os documentos exigidos neste artigo. (destaques acrescidos)

Como visto o dispositivo determina que a proposta de denominação deve obrigatoriamente constar de:

I-Certidão de óbito da pessoa cuja memória se queira homenagear;

II - A localização, indicada por croqui, em que se expresse o endereço, no caso de próprio municipal;

III- Certidão, fornecida pela Prefeitura Municipal, sobre a existência de denominação anterior; e





IV - Certidão, fornecida pela Prefeitura Municipal, negativa da existência de próprio, via pública ou logradouro já identificado com a denominação pretendida.

Uma análise pormenorizada dos documentos que instruem o projeto revela que **nem todos os documentos listados no referido artigo 4º foram apresentados** juntamente com o Projeto de Lei nº 38/2026.

A inexistência do croqui indicando a localização do próprio municipal a ser denominado, conforme exigido pelo inciso II do artigo 4º, representa uma falha na identificação precisa do objeto da lei. A norma exige um documento técnico para a perfeita individualização do bem, evitando quaisquer ambiguidades futuras.

Igualmente, **não houve apresentação das certidões municipais exigidas pelos incisos III e IV**. A certidão sobre a existência de denominação anterior é crucial para garantir a observância do artigo 6º da mesma lei, que proíbe a modificação de nomes já oficializados. A certidão negativa de existência de outro logradouro com a mesma denominação, por sua vez, é essencial para cumprir a vedação à repetição de nomes, disposta no artigo 2º, medida fundamental para a organização administrativa e para a facilitação da localização de endereços pelos cidadãos e serviços públicos.

A inobservância destes requisitos procedimentais não pode ser considerada uma mera irregularidade.

Trata-se de um vício de legalidade que afeta a própria formação do ato legislativo.

O Poder Legislativo, ao aprovar o projeto sem a devida instrução documental, descurou de seu dever de observar a legislação por ele mesmo editada, gerando um ato normativo que, em sua origem, já se encontra em desacordo com o ordenamento jurídico municipal.

Nesta toada, verifica-se que não foram cumpridos os pressupostos do art. 4º supra, **requisitos obrigatórios e de responsabilidade do autor do projeto de lei**, como preconiza o parágrafo único do mesmo artigo.





Diante de um projeto de lei manifestamente ilegal, o Chefe do Poder Executivo não possui uma mera faculdade, mas sim o poder-dever de exercer o controle de legalidade por meio do veto. O veto jurídico é um instrumento de freios e contrapesos, essencial ao equilíbrio entre os Poderes, que permite ao Executivo obstar a entrada em vigor de norma que viole o ordenamento jurídico.

A ausência da documentação exigida pelo artigo 4º da Lei Municipal nº 2.282/2014 constitui, portanto, fundamento robusto e suficiente para a oposição de veto total ao Projeto de Lei nº 38/2026.

Dessa forma, o Projeto de Lei nº 38/2026 encontra-se eivado de inconstitucionalidade formal, razão pela qual sua sanção se mostra juridicamente inviável.

3. DO DEVER CONSTITUCIONAL DE VETAR

O veto jurídico constitui instrumento de controle preventivo de constitucionalidade colocado à disposição do Chefe do Poder Executivo, com a finalidade de impedir o ingresso no ordenamento jurídico de normas incompatíveis com a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal.

Nessas circunstâncias, diante da constatação de vício formal insanável, impõe-se o veto integral da proposição, em observância aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da harmonia entre os Poderes.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, com fundamento no artigo 47 da Lei Orgânica Municipal e acolhendo integralmente os fundamentos constantes do Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal, **VETO TOTALMENTE O PROJETO DE LEI Nº 38/2026**, por vício de inconstitucionalidade formal em razão da ausência de instrução do Projeto de Lei com a documentação indispensável exigida pela legislação de regência.

Renovo a Vossas Excelência e aos Ilustríssimos pares os protestos de elevada estima e distinta consideração.





PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Prefeito



São Sebastião, 26 de junho de 2026.

REINALDO ALVES
MOREIRA
FILHO:36947981883

Assinado de forma digital por
REINALDO ALVES MOREIRA
FILHO:36947981883
Dados: 2026.06.26 16:21:30 -03'00'

REINALDO ALVES MOREIRA FILHO

Prefeito

